

O PIONEIRISMO DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO NA CRÍTICA AO JORNALISMO EM PORTUGAL ¹

Jorge Pedro Sousa

Professor Associado com Agregação

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa
e Centro de Investigação Media & Jornalismo

jorgepedrosousa@hotmail.com

Nair Silva

Mestranda em Ciências da Comunicação/Jornalismo

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Gabriel Silva

Mestrando em Ciências da Comunicação/Jornalismo

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Carlos Duarte

Mestrando em Ciências da Comunicação/Jornalismo

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Mônica Delicato

Mestranda em Ciências da Comunicação/Jornalismo

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Resumo

José Agostinho de Macedo (1761-1831) foi o primeiro autor português a desenvolver uma crítica sistemática ao jornalismo e à liberdade de imprensa depois da Revolução Liberal de 1820. Este trabalho visa contribuir para o conhecimento da crítica ao jornalismo desenvolvida por Macedo. Mostra-se que esse autor identificou alguns dos problemas que levariam o jornalismo panfletário artesanal a ser substituído pelo jornalismo informativo industrial ainda no decorrer do século XIX.

Palavras-chave

José Agostinho de Macedo; história do jornalismo; crítica ao jornalismo; liberdade de imprensa; Revolução Liberal de 1820; Portugal.

Abstract

José Agostinho de Macedo (1761-1831) can be considered the first Portuguese journalism critic. He criticized journalism and the freedom of the press after the Liberal Revolution (1820). This work aims to analyse the most important topics of the work of Macedo in what concerns journalism. We defend that Macedo have identified some of the "party press" problems. These problems made journalism begin its transformation to become a "news factory" at the end of the 19th Century.

Key words

José Agostinho de Macedo; journalism history; journalism criticism; freedom of the press; Liberal Revolution (1820); Portugal.

INTRODUÇÃO

Em 1820, estava D. João VI no Brasil, a Revolução Liberal eclodiu em Portugal, no Porto, no dia 24 de Agosto.

Os revolucionários vintistas procederam com cautela em relação às instituições herdadas do Antigo Regime. A censura prévia aos jornais, por exemplo, manteve-se. No entanto, o Governo Provisório de Lisboa¹ promulgou, a 21 de Setembro de 1820, uma portaria que instituiu o princípio da liberdade de imprensa, embora, ao mesmo tempo, regulasse o exercício da censura prévia e nomeasse uma Comissão de Censores. De qualquer modo, por força dessa portaria, passou a ser aceite a publicação de todo o tipo de escritos que não desrespeitassem o catolicismo, o Rei e a Dinastia de Bragança, a futura Constituição, as nações estrangeiras e, de forma geral, os bons costumes.

As novas condições legais permitiram o aparecimento de dezenas de novos jornais políticos e político-noticiosos em poucos meses, maioritariamente de perfil liberal, distinguindo-se, entre eles, o *Astro da Lusitânia*, de Joaquim Maria Alves Sinval, e *O Independente*, do patriarca da Revolução de 1820, Manuel Fernandes Tomás, e de José Joaquim Ferreira de Moura.

Os partidários do Antigo Regime absolutista reagiram à proliferação de jornais liberais. Vendo nela uma ameaça à sua ideologia, autores como o padre José Agostinho de Macedo lançaram vários opúsculos virulentos contra eles.

Ainda em 1821, e beneficiando do decreto de 4 de Julho, que estabeleceu em Portugal, pela primeira vez, o direito legal à liberdade de imprensa, os absolutistas apostólicos, “adeptos do Trono e do Altar”, começaram, também eles, a lançar jornais políticos, como *O Patriota*, mas esse movimento intensificou-se em 1822, ano da promulgação da Constituição Liberal², com o surgimento de jornais como *A Trombeta Lusitana*, *O Braz Corcunda* e a *Gazeta Universal*, no qual colaborava José Agostinho de Macedo.

Este trabalho tem por objectivo destacar a importância e o pioneirismo de José Agostinho de Macedo na crítica ao jornalismo, no contexto da conjuntura vintista (1820-1823). Defende-se que, para além de ter sido um homem de partido, defensor violento da causa absolutista, Macedo olhou para os jornais panfletários como objectos de crítica, tendo identificado vários dos problemas que, mais tarde, haveriam de promover o fim do jornalismo “de partido”, panfletário e artesanal, e facultar entrada em cena do jornalismo noticioso e industrializado. Serão analisados, especialmente, os textos *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro*, *Reforço ao Cordão da Peste* e *Exorcismos contra Periódicos e Outros*

¹ Antes mesmo da sua fusão com a Junta do Porto, responsável pelo detonar da Revolução.

² Nos seus artigos 7º e 8º, também a Constituição de 1822 consignava o direito à liberdade de expressão, nos seguintes termos:

Art.º 7º A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o português poe, por conseguinte, sem dependência de censura prévia, manifestar as suas opiniões em qualquer matéria, conquanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar.

Art.º 8º As Cortes nomearão um tribunal especial para proteger a liberdade de imprensa e coibir os delitos resultantes do seu abuso (...).

Malefícios, todos de 1821, sendo outros escritos do autor convocados para a análise quando ajudarem a recuperar o seu pensamento. Procurar-se-ão identificar, através da análise do discurso, os principais eixos de crítica de Macedo ao jornalismo panfletário de então.

A CRÍTICA AO JORNALISMO NOS TEXTOS DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

Apesar de ter sido, na designação de Hernâni Cidade (1929), um jornalista panfletário, recorrendo, portanto, às armas que criticava nos seus adversários, José Agostinho de Macedo distinguu-se como crítico do jornalismo polemista e político que emergiu em Portugal a reboque da Revolução Liberal e da instituição constitucional do direito à liberdade de imprensa.

Em 1812, no prólogo da *Resposta aos Dois do Investigador Português em Londres*, já se nota algum do ódio de José Agostinho de Macedo à imprensa livre, detonado pelas críticas que os redactores do *Investigador* fizeram ao seu poema *Gama*:

“Virem dois jornalistas, com duas penas, derrubar tudo, e dizer com o magistério e a arrogância de um periodista sabe-tudo: – Isto não presta! (...) Deus me não mate sem ver resolvida esta questão: “Por que razão quem faz jornais sabe tudo, e quem não faz jornais é um asno? Outra: Quem deu poder a um (...) jornalista para governar (...) a República das Letras?” (Macedo, 1812a: pp. 4-5)

O pequeno excerto de texto anterior, além de identificar uma das razões do ódio de Macedo à imprensa livre – afinal tratava-se da mesma imprensa que o criticava –, é interessante por outro motivo: no alvorecer do século XIX, em Portugal já se apelidavam de “jornalistas” os redactores de jornais.

Ainda nesse ano, na *Carta de um Pai para Seu Filho Estudante na Universidade de Coimbra*, o autor também se manifestava contra a liberdade de imprensa e o espírito das Luzes, ao salientar que, por paternalismo protector, se deveria tirar “dos olhos do povo quanto lhes puder despertar ideias de novidade, ou inovações” (Macedo, 1812b: p. 3).

Em 1818, na *Carta de Manuel Mendes Fogaça escrita a seu Amigo Transmontano sobre uma Coisa que Observou em Lisboa Chamada O Observador*, nota-se, também, alguma animosidade de Macedo contra os jornais, fossem os de ilustração (literários, científicos e de ideias), fossem os políticos. O autor considera-os irrelevantes para o progresso, não só por não se substituírem ao estudo dos livros (recorde-se que uma das polémicas da época se centrou na interrogação sobre se o jornalismo viria a substituir a literatura), mas também por serem, alegadamente, feitos por personagens pouco ilustradas que apenas queriam ganhar dinheiro com eles:

“Nem cuideis (...) que eu me entretenha em ponderar (...) a mentirosa asserção de que na Alemanha, na França, na Inglaterra, o progresso das ciências se deva à proliferação dos jornais. Se há peste que ponha mais peias ao progresso (...) é a praga infinita dos jornais. São diametralmente opostos ao estudo dos livros, fomentam a preguiça, obrigam os homens a se contentarem com magros extractos, feitos por sabichões repentinos, que não querendo curvar o corpo para cavar com uma enxada, e não encontrando na voluntária malandrice, e ociosidade, um recurso para a subsistência, em duas horas se fazem homens de Letras e autores. Junta-os

a fome, e para irem à noite à taverna, fazem (...) de dia um jornal (...). E assim (...) os que os escrevem se fazem sábios em uma hora, e num quarto de hora ficam sábios os que os lêem.

(...)

Também (...) não me ocuparei em reflexões que merecia o motivo pelo qual os observadores publicam os seus científicos extractos, que vêm a ser – facilitar ao povo miúdo o conhecimento das ciências, coisa muito interessante para o povo miúdo. (...) E na verdade, que mais é preciso saber (...) que um catálogo exacto das aranhas e das grandes coisas que a química pode tirar das suas engenhosas teias?” (Macedo, 1818: pp. 8-9)

Foi a partir da Revolução Liberal de 1820 que a voz de José Agostinho de Macedo se intensificou, clamando contra a proliferação de periódicos desencadeada pela institucionalização legal do direito à liberdade de imprensa. Um ano depois, Macedo tornou-se colaborador da *Gazeta Universal*, jornal político e panfletário dos partidários do Absolutismo Apostólico. Nesse mesmo periódico, em 1821, vilipendiou a liberdade de imprensa e a proliferação de periódicos, nos seguintes moldes:

“Nenhuma coisa se deve temer tanto (...) como a anarquia. Se a não há, felizmente, no Governo, encontra-se de cara descoberta na tipografia. O estado dos papéis públicos é um estado perfeitamente anárquico. Estão divididos entre si e dividem as opiniões. O seu fim devia ser instruir; o seu fim (...) é descompor, insultar, indispor. Não só escandalizam os homens honrados, para quem a virtude tem preço, a religião respeito, a Pátria valia, os legisladores poder e os magistrados autoridade, mas expõem à irrisão dos estrangeiros a totalidade da Nação. Onde quer que chegue o conhecimento da língua portuguesa, que não está tão pouco estendido como se julga, se dirá que os escritores públicos portugueses são todos filhos das regateiras da ribeira e irmãos uterinos dos gaiatos das caixas de açúcar. Assim parece, porque não há discursos, há insultos; não há respostas, há repostadas.”

Observam-se, no excerto de texto anterior, os paradoxos de Macedo. Ele que tanto insultava (aliás, nesse mesmo texto cobre de insultos o liberal Pato Moniz), não se coibia de criticar outros insultadores. Interessante, também, é notar o tipo de enquadramento que então se aplicava ao conceito de jornalista panfletário: era um *escritor público*, designação que subsistirá ao longo do século XX, em Portugal, sob a forma de “escritor de jornal”, como contraponto à noção de “jornalista profissional” (Sousa, 2008: p. 117).

O primeiro opúsculo que José Agostinho de Macedo lançou especificamente contra a liberdade de imprensa e a proliferação de jornais panfletários intitulou-se *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios* e foi editado em Fevereiro de 1821. Nele, Macedo desenvolve as ideias que já tinha exposto na *Gazeta Universal*. Volta, em especial, ao tema da profusão de periódicos, cujas posições diferenciadas contribuiriam para instaurar a anarquia e impediriam a necessária obtenção dos consensos e da tranquilidade que a governação exigiria:

“Costuma-se chamar flagelo, ou praga, tudo aquilo que consigo traz calamidades para os Povos (...). Ao século da política, que outra praga se devia adoptar que não fosse a dos periódicos políticos? (...) Portugal está coberto, alastrado, entulhado de periódicos, como o Egipto e mais que o Egipto, de rãs, de gafanhotos, de moscas, de diabos. Apareceu um Astro maligno [referência ao jornal liberal *Astro*

da Lusitânia] (...) que multiplicou (...) os soltos vendavais dos periódicos, dos flagelos, das pragas que nos apoquentam. Não há forças humanas que se oponham e contrastem os lastimosos estragos desta febre-amarela. Não há cordão que lhes vede a passagem. São precisas forças sobrenaturais, Exorcismos com eles (...) e (...) por virtude do exorcismo (...) diminuirá a praga dos periódicos. Terão ao menos os tristes censores um bocado de tempo para comer, e para dormir?
(...)

Com efeito, é triste a condição das coisas humanas! Não há um bem puro sem a mistura de algum mal! (...) A multidão dos faladores fez parar a majestosa Torre da Babilónia: onde todos falam ninguém se entende. A confusão (...) deitou aquela grande fábrica a perder (...). O falatório era de alto a baixo e como ninguém se entendia, todos desampararam o edifício, até que se abateu de todo (...). Calem-se diabos (...) que se malogra a obra da prometida ventura aos portugueses.
(...)

Quem não conhece o peso desta praga devastadora (...) quando pela manhã (...) uma nuvem de rapazes, ministros executores da praga, levanta as desconcertadas vozes e grita (...): “Quem leva o *Astro*? Quem vem ao *Liberal*? (...)”. Isto em todos os becos, em todas as alfurjas, às portas de todas as tabernas. (...) E que dizem estas pragas, estes periodiqueiros? A todos afige o mesmo, que não haja *Frades*.
(...)

Mentem, tanto dizem, tanto desdizem, tão mal, tão fora do tempo querem propor coisas, demolindo em lugar de consertar, que o povo alucinado (...) cuida que se obra no Governo e no Congresso, como os periodiqueiros falam, que têm as mesmas ideias incendiárias, subversivas, destampadas, que há impressas nos periódicos (...), que revoltam e desorientam a Nação (...). É justo ganhar dinheiro (...), mas três vinténs por parvoíces...” (Macedo, 1821a: pp. 1-14)

No mesmo opúsculo (*Exorcismos*), Agostinho de Macedo critica, ainda, os que abandonavam os seus ofícios para se consagrarem a um periodismo de fraca qualidade. Em acréscimo, dá pistas não só para se perceber a origem social e cultural de muitos dos “jornalistas” portugueses das primeiras décadas de oitocentos, mas também para se compreender como funcionavam e eram vendidos (aos incautos?) os periódicos de então:

“Mas quem são os periodiqueiros? É preciso conhecer o género, ou a casta de diabos, para se lhes fazer o competente exorcismo. No Evangelho se fala de um género de demónios que não se iam embora senão com o jejum, e eu creio que o jejum, ou a barriga vazia, é quem acarretou sobre as nossas cabeças a nuvem periodiqueira. (...) Sapateiros (...), livreiros, passamaneiros, cabeleiros (...), a quem se lembraria que no momento em que Portugal mais necessitava de mais luzes, mais ciência, mais conhecimentos, que coadjuvassem a mais árdua e difícil empresa, (...) tudo seria desamparado e (...) os seus cultores se convertiam em periodiqueiros? Parece que para a grande arte de escritor se não necessita de outra coisa mais que saber formar bem ou mal, tortos ou direitos, os caracteres do alfabeto. (...) Fugi diabos, ide para as vossas oficinas, tornai para a enchó, para o sarrafo. Se podes fazer bem uma cadeira, para que te metes a fazer tão mal um periódico?
(...)

Ora se é praga deixar o próprio ofício para ser periodiqueiro, ainda é maior flagelo não ter ofício nenhum, senão o de periodiqueiro. Vivia um ocioso pelos cantos dos botequins (...) e de repente salta ao mundo com um periódico (...). Que quer este

diabo com a folha diária ou semanária? Ilustrar a Nação? Como? Copiando muito mal da aluvião dos periódicos castelhanos (...), retalho aqui, fala acolá, reflexão além, mas tudo sem ordem, sem uma ideia dominante, sem um fim, e quando este devia fixar a opinião sobre um objecto único, grande, público, vantajoso à causa, não faz mais que desvaivá-la de tal maneira que ninguém se entende (...). O pior é abrir as portas às correspondências, ou reais, ou fantasiosas, e transcrever quantos desaforos lhe enviam, ou fingem que lhe enviam. Que vantagens tem tirado a Nação desta praga periodical (...)? Talvez maiores males, do que bens. Segue-se a uma mal entendida liberdade de falar uma mais mal entendida liberdade de pensar, e obrar.

(...)

É preciso ilustrar a Nação (...), é preciso que o povo conheça o que se faz, para aprovar o que se faz, (...) porém os meios são os periódicos? Basta que qualquer diabo (...) pegue na pena e escreva um periódico (...) e o último diz o mesmo que o primeiro, e todos com uma linguagem avessa (...) e (...) parvoíce em política. Eu os tenho observado (...), são verdadeiros camaleões, tomam a tintura do ar que respiram. Nove meses os vi franceses de gema, nunca falavam em Napoleão que não viesse o trambolho “O Grande” (...). Pois este (...) periodiqueiro apenas aí aportaram os ingleses parecia um cidadão de Londres.” (Macedo, 1821a: pp. 3-8)

Os jornais políticos, que apareciam às dezenas, eram, para José Agostinho de Macedo, uma verdadeira “peste”, que causava o pernicioso efeito de confundir as mentes, como escreve, igualmente, no texto *O Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periodiqueiro* (1821). Nele, o autor defende que se deveriam impedir os jornais lisboetas de saírem para a província e para outros países, propondo, por isso, um cordão sanitário à volta de Lisboa.

No texto em causa, Macedo começa por dizer que a “peste” dos periódicos é “coisa mais terrível” do que uma bateria de cem canhões, desenvolvendo, em seguida, outro dos seus temas predilectos: o da ignorância de grande número de redactores de jornais, quer sobre a alma dos portugueses, quer sobre os mecanismos da governação, sobre os quais sentenciavam sem sequer a sua vida saberem gerir:

“Eu não falo daquela ignorância que provém da absoluta carência de luzes, de instrução e conhecimentos, que provém da instituição de alguns nos ofícios braçais, tão úteis à Pátria (...); nem falo daquela ignorância que noutros provém da ociosidade e pobreza (...); falo daquela ignorância em que os (...) da política e publicitismo [outro sinónimo então usado para jornalismo] exibem a respeito da índole, do carácter e dos sentimentos da Nação para quem escrevem e que eles querem, ou dizem que querem, ilustrar. (...) Eis a primeira bostela, a ignorância do carácter geral da Nação (...).

O que estes homens (...) querem é governar. E a si sabem eles governar-se? Alguns conheci eu, antes de rebentar a Peste, e que agora dão grandes *planos* de economias, de *finanças* e melhoramentos, que não digo que sabiam governar a sua casa, porque não a tinham, nem eira, nem beira, nem ramo de figueira.” (Macedo, 1821b: pp. 9-15)

Um segundo ponto que merece a atenção de José Agostinho de Macedo no *Cordão da Peste* é a influência dos jornais sobre a opinião pública. Para o autor, o público é iludido pelos jornais, “cuidando que os periodiqueiros são os órgãos (...) do Governo e que o Governo

quer fazer o que os periodiqueiros dizem. (...) Não só querem ser os mestres da Nação, mas os mestres do Governo” (Macedo, 1821b: pp. 12 - 14). Essas breves frases têm ainda outra leitura. Macedo notava já que a imprensa se tendia a substituir aos mecanismos próprios da democracia representativa – ou seja, ao Parlamento – no processo decisório e que cada jornal se arrogava ser o representante da Nação. Diga-se, contudo, que, paradoxalmente, o próprio Macedo, como se leu acima, não hesitava em auto-propagandar-se como verdadeiro intérprete do sentimento colectivo, tal e qual como faziam a generalidade dos periodistas de então (e, porventura, alguns dos de hoje).

Um outro problema trazido pelos periódicos, segundo Agostinho de Macedo, era o de alarmarem as pessoas, que ficariam a pensar que o Governo se preparava para fazer o que os jornalistas pediam: “Que será de nós? diz a gente das províncias. Isto que está impresso vai executar-se? E o Governo, que consente estes planos, também quererá que se cumpram?” (Macedo, 1821b: p. 16)

Verifica-se, igualmente, pela leitura do *Cordão da Peste*, que Macedo considerava os periódicos liberais semelhantes entre si.

Nesse panfleto, o autor voltou, também, a tentar desmascarar os redactores que remetiam a si mesmos cartas, posteriormente publicadas nos seus próprios jornais como se fossem de terceiros:

“E qual o olhinho que tem reparado bem nestas cartas? Consideremo-las primeiro na sua forma, depois na sua matéria, e logo depois nos seus fins. É tanta a amizade e a intimidade dos correspondentes com os correspondidos, que de todo se identificam, têm os mesmos hábitos, os mesmos sentimentos, as mesmas ideias, e o que é mais milagroso ainda, o mesmo estilo. (...) O correspondente e o correspondido são a mesma coisa, não só nas ideias, mas no estilo. (...) Cartas escritas deles para eles. (...) Isto para quê? Para sustentarem a bazófia de homens ilustrados a quem os outros se dirigem como oráculos do politiquismo.” (Macedo, 1821b: pp. 29-32)

O tema da falsa correspondência publicada nos jornais é, aliás, um filão crítico que José Agostinho de Macedo explora noutros panfletos, como acontece na *Carta ao Senhor Redactor do Patriota*: “Abro o seu *Patriota* (...) e leio (...) que não recebe cartas senão assinadas e reconhecidas. (...) Vou olhar para o artigo *Correspondência* e vejo em baixo – seu *Leitor*. Não há homem que assim se chame (...)” (Macedo, 1821f: p. 1).

Macedo sentencia, para terminar o seu *Cordão da Peste*:

“A Pátria (...) está (...) oprimida com o pestilencial flagelo dos periódicos. (...) Como se pode combinar a estabilidade do Governo, o sossego público, o amor da ordem, a observância das leis do novo regime, com a inquietação que nos ânimos derramam tantas ideias destampadas, tantas notícias falsas, tantos projectos loucos, tanta flutuação de ideias, tanta contrariedade de doutrinas e tão encontrados gritos dos incansáveis periodiqueiros? Quem por eles saberá o que deve pensar e o que deve fazer? A censura olha para os papéis e olha para os rostos dos autores e perdoa a miséria de uns pela fome que descobre nos outros.” (Macedo, 1821b: pp. 43-44)

Embora, no *Reforço ao Cordão da Peste*, José Agostinho de Macedo ataque vários jornais, o autor, essencialmente, repisa os temas dos seus textos anteriores, insistindo, por exemplo, ironicamente, no aparente monopólio da sabedoria que os jornalistas liberais gostavam de exhibir:

“Quanto é grande e terrível o flagelo da peste! (...) mas este é o carácter dos periodiqueiros, fazerem tudo por amizade. Por amizade nos comunicam as luzes que nós não tínhamos, porque as luzes foram exclusivamente depositadas no entendimento dos periodiqueiros” (Macedo, 1821b: 1-6).

Outro tema que José Agostinho de Macedo vinca no *Reforço ao Cordão da Peste* é o da anarquia gerada pela proliferação de jornais: “Onde está esta desordem? Esta peste periodical, por certo, a vem fazer!” (Macedo, 1821b: 11). No texto, mostra, também, como vários jornais eram feitos “às três pancadas”, bastando, para os redigir, segundo ele, juntar pedaços de textos de vários autores e algumas coisas que se iam ouvindo aqui e ali.

Na *Carta ao Senhor Redactor do Patriota*, são mais uma vez os temas dos excessos verbais e da anarquia alegadamente promovida pelos jornais que lhe merecem atenção, embora na obra em causa Macedo também questione o carácter ilustrador dos periódicos:

“Eis aqui de que estão servindo os papéis periódicos: de canais de impropérios, de calúnias, de vilipêndios, acendendo uma guerra entre todos os cidadãos (...), juntam ao crime da maledicência o da venalidade (...). Vem a corte vândala dos periodiqueiros e nos rouba o dinheiro [o autor refere-se ao negócio dos jornais] com o mais pesado de todos os tributos que se tem imposto à Nação. Rouba-nos a paz, pois andam os cidadãos em guerra (...). Rouba-nos a reputação de homens de bem, pois dão a conhecer que existe uma imoralidade pública que nem respeita a coisa mais sagrada que há, o bom-nome de um homem (...). E luzes para a Nação? As das velas de sebo que têm os livreiros à noite em cima do balcão para impingirem ao povo os periódicos do dia. Por mais que folheie as páginas da história, não encontro (...) um quadro de corrupção como ao presente nos está oferecendo este recanto da Europa. E esta desgraça só tem por autores os periodiqueiros.” (Macedo, 1821f: pp. 6-7).

Numa carta dirigida ao redactor da *Gazeta Universal*, o seu amigo Joaquim José Pedro Lopes, José Agostinho de Macedo enuncia o que em seu entender seria fazer um jornalismo útil. As suas palavras nessa *Carta*, publicada sob a forma de opúsculo, provam que Macedo não só tinha noções de “jornalismo” e de “liberdade de imprensa” próximas das actuais, como também percebia qual é o papel do jornalismo em democracia e antevia as transformações que o jornalismo viria a sofrer ainda no seu próprio século. Outro aspecto interessante dessa *Carta* é, mais uma vez, o recurso ao substantivo “jornalista” para designar os redactores de periódicos, o que permite afirmar que o conceito se ia entranhando e operacionalizando na língua portuguesa, pese embora a coexistência de outras definições ameaçadoras à estabilidade da noção, como a designação “escritores públicos”, que Macedo também emprega no seu texto. Leia-se, então, o seguinte excerto da *Carta ao Redactor da Gazeta Universal*:

“Direi somente que o seu papel é honrado (...) porque não sai da esfera da verdade, da sinceridade e da imparcialidade. Os periódicos fizeram-se para anunciar o que vai, não para descompor e insultar o que está. São cânones das novidades políti-

cas, não são veículos de personalidades escandalosas, de infâmias revoltantes, de insultos vergonhosos, de instrumentos de vinganças particulares e que, quando se escudam com a liberdade de imprensa, dão a conhecer que entendem por isto um descarado e absoluto desenfreamento de costumes, chegando a imoralidade neste ponto a tal excesso que metade da Nação está desconfiada da outra metade (...) e insultada por uma trupe (...) de escritores venais (...), obrigando homens de bem a retirarem-se da sociedade, temendo (...) em cada jornalista um carrasco. (...) Os indivíduos (...) insultados pelos jornalistas jornalheiros conservam não só a eles um ódio implacável, mas também ao Governo (...), persuadidos de que o consente.
(...)

O estado dos papéis públicos é um estado perfeitamente anárquico. Estão divididos entre si e dividem as opiniões. O seu fim deveria ser instruir; o seu fim (...) é descompor (...). Não só escandalizam os homens honrados (...), mas expõe ao riso dos estrangeiros a totalidade da Nação. Onde quer que chegar o conhecimento da Língua Portuguesa (...) se dirá que os escritores públicos portugueses são todos filhos das gateiras da ribeira.
(...)

Não é novo (...) que um jornalista sirva a um partido político. (...) Nada conheço mais útil nos Governos (...) representativos que um partido de oposição e que deste e do outro partido sejam trombetas os jornalistas. Aclaram-se as questões (...) da política e por estes canais julga (...) o povo do estado dos negócios públicos. (...) Mas conspirarem os jornalistas para a ruína da moral pública com os seus desviados escritos... só em Portugal.” (Macedo, 1821d: pp. 1-3)

O excerto de texto atrás inserido apela ainda a outra conotação: Macedo tinha uma ideia nítida de que o jornalismo tem efeitos pessoais e sociais, ao nível dos afectos e os comportamentos, e não apenas ao nível das cognições, conforme postula o Modelo da Dependência de Ball-Rokeach e De Fleur (1976). Aliás, mais à frente, nesse mesmo texto, o autor desenvolve esse raciocínio, explicando que o jornalismo intensifica as emoções e impede à acção: “a imoralidade dos escritos jornalísticos passa para os sentimentos, os sentimentos transformam-se em acções” (Macedo, 1821d: p. 4).

Em resumo, a crítica de José Agostinho de Macedo ao jornalismo português do início do século XIX assentou repetitivamente nos seguintes eixos temáticos:

1. Os jornais, opinativamente segmentados, e em cada vez maior número, fomentam a anarquia e a divisão do Povo e da Nação e geram emoção, podendo desencadear acções. O jornalismo tem, portanto, efeitos pessoais e sociais, em especial ao nível da opinião pública.
2. Os jornais providenciam ao Povo apenas o conhecimento de inutilidades e irrelevâncias, e desviavam-no da fé católica e da verdadeira ilustração, que exige daquele que quer conhecer um esforço pró-activo muito maior do que o gesto preguiçoso de ler um jornal em 15 minutos. A ilustração pessoal exige que se leiam mais livros e menos jornais.
3. Os jornalistas são maioritariamente pessoas incultas e impreparadas, muitas delas semi-analfabetas e, frequentemente, desviadas de outros ofícios onde seriam mais úteis, que encontram na publicação de jornais uma fonte de rendimento à custa dos incautos que os compram.
4. Os jornalistas não hesitam em ajuizar e sentenciar em todos os assuntos como se todos os assuntos dominassem por igual. Querem, ilegitimamente, governar a Nação, ou representá-la, quando não sabem sequer governar-se a si mesmos nem têm conheci-

- mentos ou aptidões para o fazerem. Arrogam-se, ilegitimamente, de serem os legítimos intérpretes dos anseios da Nação, quando nem sequer a compreendem.
5. Muitos jornalistas pouco mais fazem do que copiar-se uns aos outros e copiar os jornais estrangeiros julgando que em Portugal ninguém os lê. Por isso, os jornais são semelhantes uns aos outros e quem lê um, lê todos.
 6. Defraudando o público e tirando partido da sua ignorância, são os redactores dos periódicos a fabricarem cartas para os seus jornais como se fossem cartas de verdadeiros leitores, o que acentua a sensação de semelhança entre os jornais, mas a sua leitura também gera a sensação de irrealidade. Uma outra fraude cometem os jornalistas quando escrevem sobre assuntos que não conhecem e sobre acontecimentos longínquos como se deles estivessem a par. Inventar notícias e fugir à verdade são pecados maiores do jornalismo.
 7. Os jornalistas, maioritariamente, não sabem escrever. Desrespeitam a gramática e a ortografia e não sabem estruturar um texto, dando-lhe um fio condutor.

As críticas de Macedo ao jornalismo oitocentista, em vários aspectos, não se afastam das críticas que continuam a ser feitas ao jornalismo. Em suma, é possível afirmar que muitas das críticas que hoje se fazem ao jornalismo têm, afinal, raízes no passado...

CONCLUSÕES

Em matéria de conclusões, deve dizer-se, em primeiro lugar, que José Agostinho de Macedo foi o primeiro autor português a tecer uma crítica estruturada e sistemática ao jornalismo, apresentando, igualmente, alternativas para o desenvolvimento da comunicação social. Nesse sentido, ele pode considerar-se como um precursor da teorização crítica portuguesa do jornalismo.

A crítica de José Agostinho de Macedo ao jornalismo político (e não só) do seu tempo permite, em segundo lugar, perceber que este autor tinha uma ideia clara sobre a influência do jornalismo na formação de correntes de opinião e sobre a repercussão das mesmas na ordem política e na governação. Macedo, sem empregar os conceitos que hoje em dia empregariamos, percebeu que o espaço público se estava a politizar, não apenas por força dos jornais, mas também pela institucionalização da democracia representativa e pelo alargamento do direito de voto. Percebeu, também, que o jornalismo, ultrapassando o espaço interpessoal da comunicação directa, se tornava no mais importante agente de segmentação das opiniões a nível nacional.

Em terceiro lugar, pode dizer-se que José Agostinho de Macedo percebeu que o jornalismo panfletário não respondia às necessidades informativas da população. O autor aponta, por isso, a necessidade de se desenvolver um jornalismo de cariz informativo, como aquele que seria protagonizado, em Portugal, pelo *Diário de Notícias*, 33 anos depois da morte de Macedo. Paradoxalmente – coisa que não é de admirar em quem viveu uma vida de paradoxos – o próprio Macedo foi um dos mais lídimos praticantes do panfletarismo.

BIBLIOGRAFIA

- BALL-ROKEACH, S. J. e De Fleur, M. L.** (1976). A dependency model of mass media effects *Communication Research*, vol. 3, n.º 1: 3-21.
- CIDADE, Hernâni** (1929). *Ensaio sobre a Crise Mental do Século XVIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.
- MACEDO, José Agostinho** (1821a). *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- MACEDO, José Agostinho et al.** *Gazeta Universal*, n.º 1 a n.º 198, 1821.
- MACEDO, José Agostinho** (1821f). *Carta ao Senhor Redactor do "Patriota"*. Lisboa: Imprensa Liberal.
- MACEDO, José Agostinho** (1818). *Carta de Manuel Mendes Fogaça Escrita a seu Amigo Transmontano sobre uma Coisa que Observou em Lisboa Chamada O Observador*. Lisboa: Imprensa Régia.
- MACEDO, José Agostinho** (1812b). *Carta de um Pai para Seu Filho Estudante na Universidade de Coimbra Sobre o Espírito do Investigador Português em Inglaterra*. Lisboa: Imprensa Régia.
- MACEDO, José Agostinho** (1821d). *Carta Escrita ao Senhor Redactor da Gazeta Universal pelo Veterano, Fora de Serviço, ex-Redactor do Jornal Enciclopédico de Lisboa Etc.* Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.
- MACEDO, José Agostinho** (1821b). *Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periódico*. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- MACEDO, José Agostinho** (1821c). *Reforço ao Cordão da Peste*. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- MACEDO, José Agostinho** (1812a). *Resposta aos Dois do Investigador Português em Londres, que no Caderninho VIII, Página 10, Atacam, Segundo o Costume, o Poema Gama*. Lisboa: Imprensa Régia.
- SOUSA, Jorge Pedro** (2008). Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In: Sousa, Jorge Pedro (Org.), *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa – Perspectivas Luso-Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 93-118.